



nas Portarias PGJ 546/2024 e 157/2025.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 548, DE 18 DE AGOSTO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. GED/MP n. 20.08.1357.0000320/2025-80, RESOLVE designar o servidor LUCAS DE OLIVEIRA FERNANDES, Analista do Ministério Público - Área Jurídica, para integrar o projeto: "Mulheres em Segurança- Assédio Não!", na condição de gerente. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 549, DE 18 DE AGOSTO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE, estabelecer a lotação da seguinte servidora:

NOME	LOTAÇÃO
BIANCA GABRYELLE DA SILVA CARLOS	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FEIRA GRANDE

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 550, DE 18 DE AGOSTO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, com fundamento na Resolução nº 265/2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, RESOLVE designar a Dra. SANDRA MALTA PRATA LIMA, 12ª Procuradora de Justiça Cível, para compor o Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental do Ministério Público, revogando-se as disposições contidas na Portaria PGJ n. 150, de 5 de fevereiro de 2024. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Procurador-Geral de Justiça

Subprocuradoria Geral Administrativo Institucional

Despachos do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA, DESPACHOU, NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2025, OS SEGUINTE PROCESSOS:

GED: 20.08.1365.0007566/2025-64

Interessado: Dr. Edلزito Santos Andrade – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo folga compensatória.

Despacho: Defiro o pedido. Considerando o Ato PGJ nº 3/2019, o interessado deverá comunicar ao promotor substituto natural e aos substitutos das promotorias para qual o interessado esteja eventualmente designado e observar a nova redação do art. 2º introduzida pelo Ato PGJ nº 21/2021. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE
PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE ALAGOAS

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco (29/5/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 10ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Marcos Méro, Valter José de Omena Acioly, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Maria Marluce Caldas Bezerra, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, Neide Maria Camelo da Silva, Silvana de Almeida Abreu e Luiz José Gomes Vasconcelos. Presente virtualmente o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausente, justificadamente, por se encontrar desfrutando de licença especial, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros, bem como ausentes, por se encontrarem em gozo de férias, os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Eduardo Tavares Mendes e Denise Guimarães de Oliveira. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 9ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025; 2. GED n. 20.08.1301.000084/2025-17. Interessada: Controladoria Interna do MPAL. Assunto: Análise da Controladoria Interna acerca da prestação de contas referente ao desempenho orçamentário, financeiro e patrimonial do Ministério Público de Alagoas e do Fundo Especial do MPAL, no exercício de fiscal de 2024 (para conhecimento); 3. Minuta de Ato PGJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o sigilo imposto aos feitos disciplinares (Devolução de vista da Excelentíssima Procuradora de Justiça Silvana de Almeida Abreu); 4. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Disciplina as atribuições extrajudiciais das Promotorias de Justiça com atuação na área de família; 5. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Disciplina as



3 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**
4 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

39 atribuições extrajudiciais das Promotorias de Justiça com atuação na área
40 de violência doméstica e familiar contra a mulher; 6. Proposta de
41 Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto:
42 Dispõe sobre a atuação integrada do Ministério Público do Estado de
43 Alagoas para a efetiva defesa e proteção das crianças e adolescentes
44 vítimas ou testemunhas de violência; 7. Projeto de Lei Ordinária Estadual.
45 Assunto: Dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores ativos e
46 inativos e dos pensionistas do Ministério Público do Estado de Alagoas;
47 Em seguida, o Presidente propôs a inserção das seguintes matérias em
48 pauta: 8. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores
49 de Justiça. Assunto: Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado de
50 Alagoas, o painel de Resolutividade Institucional. 9. Proposta de Resolução
51 CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Adiciona o
52 inciso VIII ao artigo 5º do Regimento Interno do Colégio de Procurador de
53 Justiça. 10. Eleição para composição da Comissão de Prevenção a
54 Situações de Risco à Saúde Mental do Colégio de Procuradores de Justiça
55 do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do art. 5º do
56 Regimento Interno. Posta em votação, a proposição de inclusão de matérias
57 novas na ordem do dia foi acolhida pelos demais Procuradores de Justiça.

58 Quanto ao **item 1**, após regular apreciação, a Ata da 9ª Reunião Ordinária
59 do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado.
60 Quanto ao **item 2**, o Presidente esclareceu que a matéria foi inserida em
61 pauta com a finalidade de dar conhecimento ao colegiado do expediente
62 encaminhado pela Controladoria Interna dando conta da análise sobre a
63 prestação de contas referente ao desempenho orçamentário, financeiro e
64 patrimonial do Ministério Público do Estado de Alagoas. Disse que o
65 parecer foi remetido anteriormente aos membros do colegiado. Após ampla
66 análise, o colegiado conheceu a matéria. Quanto ao **item 3**, o Presidente
67 informou que a minuta de Ato apresentada tem por objetivo disciplinar, no
68 âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o sigilo imposto aos
69 feitos disciplinares. Disse que a matéria foi pautada na sessão anterior,
70 tendo a Excelentíssima Procuradora de Justiça Silvana de Almeida Abreu
71 pedido vista dos autos. Passada a palavra à Excelentíssima Procuradora de
72 Justiça Silvana de Almeida Abreu, esta se manifestou favoravelmente ao
73 texto da minuta do ato apresentado, proferindo seu voto no sentido de fixar
74 como regra a publicidade de todos os processos administrativos, ressalvada
75 a possibilidade de imposição de sigilo em casos excepcionais, devidamente
76 justificados pela autoridade responsável. Sugeriu algumas rotinas.



5 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**
6 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

77 administrativas. Também fizeram uso da palavra os Excelentíssimos
78 Procuradores de Justiça Valter José de Omena Acioly, Maurício André
79 Barros Pitta, Maria Marluce Caldas Bezerra e Luiz José Gomes
80 Vasconcelos. Após ampla discussão, o colegiado deliberou pela devolução
81 dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça para a elaboração de nova
82 minuta. Quanto ao **item 4**, o Excelentíssimo Procurador de Justiça
83 Maurício André Barros Pitta pediu vista dos autos. Com a palavra, o
84 Presidente determinou que a Secretaria do colegiado providenciasse a
85 remessa dos autos ao gabinete da Excelentíssimo Procurador de Justiça
86 Maurício André Barros Pitta. Quanto ao **item 5**, o Presidente mencionou
87 que a matéria em análise versa sobre proposta de Resolução CPJ que tem a
88 finalidade de disciplinar as atribuições extrajudiciais das Promotorias de
89 Justiça com atuação na área de violência doméstica e familiar contra a
90 mulher. Fez a leitura da Resolução, esclarecendo todos os pontos
91 abordados e ressaltando que a proposta visa atender recomendação da
92 Corregedoria Nacional do Ministério Público. Posta em votação, por
93 unanimidade, a proposta de Resolução foi aprovada pelo colegiado. Quanto
94 ao **item 6**, o Presidente informou que a proposta de Resolução CPJ
95 apresentada dispõe sobre a atuação integrada do Ministério Público do
96 Estado de Alagoas para a efetiva defesa e proteção das crianças e
97 adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Fez a leitura da proposta
98 de Resolução, esclarecendo todos os pontos abordados e ressaltando que a
99 minuta visa atender recomendação da Corregedoria Nacional do Ministério
100 Público. Posta em votação, por unanimidade, a proposta de Resolução foi
101 aprovada pelo colegiado. Quanto ao **item 7**, o Excelentíssimo Presidente
102 esclareceu que a matéria em questão versa sobre o projeto de lei que dispõe
103 sobre o reajuste da remuneração dos servidores do Ministério Público do
104 Estado de Alagoas, referente ao ano-base 2024. Disse que a matéria foi
105 previamente distribuída a todos os integrantes do colegiado. Destacou que
106 a proposta apresentada atende aos preceitos constitucionais relacionados à
107 revisão geral anual da remuneração de agentes públicos, de modo a
108 recompor as perdas inflacionárias decorrentes no ano anterior. Mencionou
109 que, por questão de conveniência e oportunidade, encaminhou no início da
110 semana o referido projeto à Casa Legislativa. Colocada em votação, a
111 matéria foi aprovada por unanimidade. Quanto ao **item 8**, o Presidente
112 afirmou que a proposta de Resolução CPJ apresentada visa instituir, no
113 âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Painel de
114 Resolutividade Institucional. Fez a leitura da Resolução, esclarecendo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

7
8
115 todos os pontos abordados e ressaltando que a proposta visa atender
116 recomendação da Corregedoria Nacional do Ministério Público. Colocada
117 em votação a proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade pelo
118 colegiado. Quanto ao **item 9**, o Presidente informou que a proposta de
119 Resolução CPJ apresentada visa modificar o regimento interno do Colégio
120 de Procuradores de Justiça, para instituir uma Comissão Permanente no
121 âmbito do colegiado. Fez a leitura da Resolução, esclarecendo todos os
122 pontos abordados e ressaltando que a proposta visa atender à Resolução
123 CNMP n. 265/2023, fixou a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental
124 dos integrantes do Ministério Público. Destacou que a comissão
125 permanente será denominada Comissão de Prevenção a Situações de Risco
126 à Saúde Mental. Posta em votação, por unanimidade, a proposta de
127 Resolução foi aprovada pelo colegiado. Quanto ao **item 10**, o Presidente
128 mencionou que o presente item destina-se à eleição dos integrantes da
129 Comissão Permanente de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental
130 do colegiado. A escolha dos membros foi levada a efeito por convenção
131 unânime, nos termos do art. 5º, § 2º do Regimento Interno do Colégio de
132 Procuradores de Justiça, com o seguinte resultado: Presidente, a
133 Excelentíssima Procuradora de Justiça Sandra Malta Prata Lima, membros,
134 as Excelentíssimas Procuradoras de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra
135 e Silvana de Almeida Abreu. Em seguida, o Presidente indagou se algum
136 dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Não
137 havendo manifestações, o Presidente deu por encerrada a pauta.
138 Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Presidente disse que
139 na semana seguinte o Poder Judiciário alagoano passará por inspeção
140 ordinária do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de verificar o
141 funcionamento de setores administrativos e judiciais, além de serventias
142 extrajudiciais. Mencionou que na tarde de hoje participará de reunião com
143 um membro da Corregedoria Nacional de Justiça que terá como tema a
144 realização da referida inspeção. Convidou todos os integrantes do
145 colegiado para participarem da audiência. Dada a palavra à Excelentíssima
146 Procuradora de Justiça Neide Maria Camelo da Silva, Corregedora-Geral
147 do Ministério Público em exercício, esta informou que vem realizando as
148 correições e inspeções ordinárias referentes ao mês de maio. Disse que na
149 próxima semana encerrará os prazos para que os membros que foram
150 correicionados apresentem suas manifestações sobre as determinações
151 feitas pela Corregedoria Nacional. Disse que, até a presente data, poucos
152 agentes ministeriais enviaram suas respostas. Em seguida, o Presidente



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

153 agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a
 154 reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como
 155 Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel
 156 Costa, Promotor de Justiça, _____ sob a conferência e
 157 assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Leão Antônio Ferreira de Araújo
 Procurador-Geral de Justiça
 Presidente da Sessão



Assessora de Gabinete do Ministério Público de Alagoas
Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA, DESPACHOU, NO DIA 26 DE MAIO DE 2025, OS SEGUINTE PROCESSOS:

GED: 20.08.1349.0000200/2025-45

Interessado: GAESF desta PGJ.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Considerando o Ato PGJ nº 02 e 09/2025, defiro o pedido à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, vão os autos às DPO/DCF para providência.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 26 de Maio de 2025.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA
Assessora de Gabinete do Ministério Público de Alagoas
Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA, DESPACHOU, NO DIA 30 DE ABRIL DE 2025, OS SEGUINTE PROCESSOS:

GED: 20.08.1349.0000203/2025-61

Interessado: GAESF desta PGJ.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Considerando o Ato PGJ nº 02 e 09/2025, defiro o pedido à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, vão os autos às DPO/DCF para providência.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 30 de Abril de 2025.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA
Assessora de Gabinete do Ministério Público de Alagoas
Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Colégio de Procuradores de Justiça

Atas de Reunião

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco (29/5/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 10ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Marcos Méro, Valter José de Omena Acioly, Mauricio André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Maria Marluce Caldas Bezerra, Kicia Oliveira Cabral de Vasconcellos, Neide Maria Camelo da Silva, Silvana de Almeida Abreu e Luiz José Gomes Vasconcelos. Presente virtualmente o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausente, justificadamente, por se encontrar desfrutando de licença especial, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros, bem como ausentes, por se encontrarem em gozo de férias, os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Eduardo Tavares Mendes e Denise Guimarães de Oliveira. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 9ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025; 2. GED nº 20.08.1301.000084/2025-17. Interessada: Controladoria Interna do MPAL. Assunto: Análise da Controladoria Interna acerca da prestação de contas referente ao desempenho orçamentário, financeiro e patrimonial do Ministério Público de Alagoas e do Fundo Especial do MPAL, no exercício de fiscal de 2024 (para conhecimento); 3. Minuta de Ato PGJ. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o sigilo imposto aos feitos



disciplinares (Devolução de vista da Excelentíssima Procuradora de Justiça Silvana de Almeida Abreu); 4. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Disciplina as atribuições extrajudiciais das Promotorias de Justiça com atuação na área de família; 5. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Disciplina as atribuições extrajudiciais das Promotorias de Justiça com atuação na área de violência doméstica e familiar contra a mulher; 6. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Dispõe sobre a atuação integrada do Ministério Público do Estado de Alagoas para a efetiva defesa e proteção das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência; 7. Projeto de Lei Ordinária Estadual. Assunto: Dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas do Ministério Público do Estado de Alagoas; Em seguida, o Presidente propôs a inserção das seguintes matérias em pauta: 8. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o painel de Resolutividade Institucional. 9. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Adiciona o inciso VIII ao artigo 5º do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça. 10. Eleição para composição da Comissão de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do art. 5º do Regimento Interno. Posta em votação, a proposição de inclusão de matérias novas na ordem do dia foi acolhida pelos demais Procuradores de Justiça. Quanto ao item 1, após regular apreciação, a Ata da 9ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 2, o Presidente esclareceu que a matéria foi inserida em pauta com a finalidade de dar conhecimento ao colegiado do expediente encaminhado pela Controladoria Interna dando conta da análise sobre a prestação de contas referente ao desempenho orçamentário, financeiro e patrimonial do Ministério Público do Estado de Alagoas. Disse que o parecer foi remetido anteriormente aos membros do colegiado. Após ampla análise, o colegiado conheceu a matéria. Quanto ao item 3, o Presidente informou que a minuta de Ato apresentada tem por objetivo disciplinar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o sigilo imposto aos feitos disciplinares. Disse que a matéria foi pautada na sessão anterior, tendo a Excelentíssima Procuradora de Justiça Silvana de Almeida Abreu pedido vista dos autos. Passada a palavra à Excelentíssima Procuradora de Justiça Silvana de Almeida Abreu, esta se manifestou favoravelmente ao texto da minuta do ato apresentado, proferindo seu voto no sentido de fixar como regra a publicidade de todos os processos administrativos, ressalvada a possibilidade de imposição de sigilo em casos excepcionais, devidamente justificados pela autoridade responsável. Sugeriu algumas rotinas administrativas. Também fizeram uso da palavra os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Valter José de Omena Acioly, Maurício André Barros Pitta, Maria Marluce Caldas Bezerra e Luiz José Gomes Vasconcelos. Após ampla discussão, o colegiado deliberou pela devolução dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça para a elaboração de nova minuta. Quanto ao item 4, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta pediu vista dos autos. Com a palavra, o Presidente determinou que a Secretaria do colegiado providenciasse a remessa dos autos ao gabinete da Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta. Quanto ao item 5, o Presidente mencionou que a matéria em análise versa sobre proposta de Resolução CPJ que tem a finalidade de disciplinar as atribuições extrajudiciais das Promotorias de Justiça com atuação na área de violência doméstica e familiar contra a mulher. Fez a leitura da Resolução, esclarecendo todos os pontos abordados e ressaltando que a proposta visa atender recomendação da Corregedoria Nacional do Ministério Público. Posta em votação, por unanimidade, a proposta de Resolução foi aprovada pelo colegiado. Quanto ao item 6, o Presidente informou que a proposta de Resolução CPJ apresentada dispõe sobre a atuação integrada do Ministério Público do Estado de Alagoas para a efetiva defesa e proteção das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Fez a leitura da proposta de Resolução, esclarecendo todos os pontos abordados e ressaltando que a minuta visa atender recomendação da Corregedoria Nacional do Ministério Público. Posta em votação, por unanimidade, a proposta de Resolução foi aprovada pelo colegiado. Quanto ao item 7, o Excelentíssimo Presidente esclareceu que a matéria em questão versa sobre o projeto de lei que dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas, referente ao ano-base 2024. Disse que a matéria foi previamente distribuída a todos os integrantes do colegiado. Destacou que a proposta apresentada atende aos preceitos constitucionais relacionados à revisão geral anual da remuneração de agentes públicos, de modo a recompor as perdas inflacionárias decorrentes no ano anterior. Mencionou que, por questão de conveniência e oportunidade, encaminhou no início da semana o referido projeto à Casa Legislativa. Colocada em votação, a matéria foi aprovada por unanimidade. Quanto ao item 8, o Presidente afirmou que a proposta de Resolução CPJ apresentada visa instituir, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Painel de Resolutividade Institucional. Fez a leitura da Resolução, esclarecendo todos os pontos abordados e ressaltando que a proposta visa atender recomendação da Corregedoria Nacional do Ministério Público. Colocada em votação a proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 9, o Presidente informou que a proposta de Resolução CPJ apresentada visa modificar o regimento interno do Colégio de Procuradores de Justiça, para instituir uma Comissão Permanente no âmbito do colegiado. Fez a leitura da Resolução, esclarecendo todos os pontos abordados e ressaltando que a proposta visa atender à Resolução CNMP n. 265/2023, fixou a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos integrantes do Ministério Público. Destacou que a comissão permanente será denominada Comissão de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental. Posta em votação, por unanimidade, a proposta de Resolução foi aprovada pelo colegiado. Quanto ao item 10, o Presidente mencionou que o presente item destina-se à eleição dos integrantes da Comissão Permanente de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental do colegiado. A escolha dos membros foi levada a efeito por convenção unânime, nos termos do art. 5º, § 2º do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, com o seguinte resultado: Presidente, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Sandra Malta Prata Lima, membros, as Excelentíssimas Procuradoras de Justiça Maria



Marluce Caldas Bezerra e Silvana de Almeida Abreu. Em seguida, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Não havendo manifestações, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Presidente disse que na semana seguinte o Poder Judiciário alagoano passará por inspeção ordinária do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de verificar o funcionamento de setores administrativos e judiciais, além de serventias extrajudiciais. Mencionou que na tarde de hoje participará de reunião com um membro da Corregedoria Nacional de Justiça que terá como tema a realização da referida inspeção. Convidou todos os integrantes do colegiado para participarem da audiência. Dada a palavra à Excelentíssima Procuradora de Justiça Neide Maria Camelo da Silva, Corregedora-Geral do Ministério Público em exercício, esta informou que vem realizando as correções e inspeções ordinárias referentes ao mês de maio. Disse que na próxima semana encerrará os prazos para que os membros que foram correccionados apresentem suas manifestações sobre as determinações feitas pela Corregedoria Nacional. Disse que, até a presente data, poucos agentes ministeriais enviaram suas respostas. Em seguida, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, _____ sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

NOTAS

NOTA INFORMATIVA

Por determinação do Excelentíssimo Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, informo aos Senhores Procuradores de Justiça e ao público em geral que a 12ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça não se realizará na próxima quinta-feira, 19 de junho de 2025.

Maceió, 16 de junho de 2025.

Humberto Pimentel Costa
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

Corregedoria Geral do Ministério Público

Portarias

Portaria CGMP/AL nº 009/2025, de 16 de junho de 2025.

O Corregedor-Geral do Ministério Público de Alagoas, no uso de suas atribuições, RESOLVE estabelecer escala de plantão desta Corregedoria-Geral no período compreendido entre os dias 19 e 29 de junho de 2025, assim disposta:

DIAS	PLANTONISTAS
19 a 21/06/2025	Eduardo Tavares Mendes, Corregedor-Geral Adriana Gomes Moreira dos Santos, Secretária-Geral Andrea Guimarães Bezerra, Assessora de Gabinete
22 a 23/06/2025	Eduardo Tavares Mendes, Corregedor-Geral Marília Cerqueira Lima, Promotora de Justiça/Assessora Cristiana Gomes da Silva, Assessora Técnica
24 e 25/06/2025	Eduardo Tavares Mendes, Corregedor-Geral